



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

11938 - Resumo Expandido - Trabalho - XXVI Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste – Reunião Científica Regional Nordeste da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPEd Nordeste (2022)

ISSN: 2595-7945

GT06 - Educação Popular

A EDUCAÇÃO POPULAR NA ABORDAGEM DAS DROGAS

Thaís Farias de Almeida - UFPB - Universidade Federal da Paraíba

Ivonaldo Neres Leite - UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

Agência e/ou Instituição Financiadora: CAPES

A EDUCAÇÃO POPULAR NA ABORDAGEM DAS DROGAS

1 INTRODUÇÃO

Diversas pautas contemporâneas estão sendo colocadas no contexto da Educação Popular (EP), possibilitando que novas temáticas sejam apreciadas sob sua perspectiva. Dentre elas, encontra-se a questão das drogas, pelas implicações que têm no meio popular. A partir disso, no debate latino-americano atual (e mesmo para além da América Latina), várias abordagens têm sido desenvolvidas realizando o escrutínio das drogas do ponto de vista da EP, como é o caso, por exemplo, entre outros, de Leite (2018, 2019), O'Connor & Saunders (1992) e Fergusson & Góngora (2012). A sociedade e governos também têm se movimentado no sentido de ter conta a questão das drogas, e tem sido frequente a formulação de políticas a respeito.

Todavia, de modo geral, tal fenômeno vem sendo tratado com base na visão bélica de “guerra às drogas”, impulsionada pela administração do ex-presidente dos Estados Unidos Richard Nixon (1969-1974) no início dos anos 1970, que as declarou como “inimigas da sociedade”. Assim, políticas proibicionistas foram instituídas em diversos países, apresentando discursos repressivos e medidas de caráter penal que têm produzido efeitos sociais danosos, marcados pela violência, pelo encarceramento em massa e pelo extermínio de pessoas pertencentes às classes populares, principalmente jovens e negros.

Além disso, o proibicionismo comporta uma dimensão geopolítica. Ou seja, por trás da ideia de “guerra às drogas” (que, ademais, é uma guerra contra pessoas – sobretudo do meio popular), encontram-se motivações do governo estadunidense para atingir os seus

propósitos político-ideológicos e interferir na vida interna de outros países. Desse modo, dissemina-se a visão de que os crimes associados à droga e à corrupção são de responsabilidade exclusiva dos territórios latino-americanos. Mas, por outro lado, contudo, o governo estadunidense é leniente com o tráfico quando este tem relação com variáveis políticas e econômicas do seu interesse, como se verificou durante a presidência de Álvaro Uribe na Colômbia (LEITE, 2018).

Desse modo, as drogas se colocam sob o âmbito de incidência de abordagem da EP, a qual se constitui em uma alternativa contrária ao fracassado modelo hegemônico norteado pela irracionalidade das determinações repressivas. Portanto, o presente trabalho, decorrente de pesquisas teórico-empíricas, tem como objetivo apresentar uma abordagem a respeito das drogas a partir da EP, que se sustenta, por exemplo, em: 1) rejeição às políticas proibicionistas e à visão bélica de “guerra às drogas”; 2) adoção de linguagens e discursos não estigmatizantes; 3) ações subsidiadas por uma perspectiva multidimensional de Redução de Danos; 4) intervenções no contexto da educação formal e da não formal, com a construção de aportes interdisciplinares sobre o tema.

2 DESENVOLVIMENTO

A estratégia repressiva e de combate eminentemente bélico às drogas tem provocado um conjunto de questões problemáticas para as pessoas das classes populares. Observa-se que as políticas proibicionistas têm expandido a violência e causado extermínio nesse segmento, verificando-se, por outro lado, que a “guerra às drogas” é um fracasso que continua incapaz de reduzir o consumo e o número de consumidores, sempre produzindo efeitos sociais ruinosos (RIBEIRO *et al*, 2017).

O fracasso do atual modelo de enfrentamento às drogas pode ser constatado, por exemplo, através dos dados disponibilizados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2021) a respeito dos números de ocorrências envolvendo a posse e o uso de drogas no Brasil, os quais revelam um aumento considerável nos últimos 5 anos: de 126.091 para 164.879. Quanto ao tráfico de drogas, os números também são ascendentes: de 175.030 para 184.586.

Na cidade do Rio de Janeiro, entre 2021 e 2022, foram registradas três das quatro operações policiais mais letais da história (G1, 2022), evidenciando que as intervenções policiais, baseadas nos confrontos e pela lógica da política de repressão às drogas, levam a morte de filhos e filhas das classes populares, pois tais operações ocorrem em favelas e periferias (TELLES *et al*, 2018), sob a premissa de que os “criminosos” estão apenas nelas (MPRJ, 2019).

Diante disso, e tendo em atenção a urgência de uma abordagem alternativa, as drogas passam a ser objeto de enfoque da EP, em razão de se encontrar dispositivos analíticos produzidos na literatura situada em seu âmbito que permitem tratar da questão considerando as implicações que ela tem para as classes populares. Dessa forma, os seus procedimentos na operacionalização de um trabalho socioeducativo com as drogas se tornam promissores para abordar a temática de maneira não inquisitiva ou autoritária, mas compreensiva e problematizadora, contrária ao modelo estabelecido atualmente.

Ao abordar as drogas sob a perspectiva da EP, é essencial considerar que alguns termos geralmente empregados e reproduzidos pela sociedade em geral, sobretudo pelos meios de comunicação, causam uma forte estigmatização. Expressões como “usuário de drogas”, “viciado”, “drogado”, “maconheiro”, por exemplo, distanciam as pessoas dos serviços de tratamento, bem como disseminam um “medo coletivo” a respeito delas, rotulando-as como “indivíduos à parte da sociedade, moralmente defeituosos e inferiores” (LEITE, 2019, p. 13).

No Quadro 1, apresentamos uma relação de alguns termos que são recomendáveis e não recomendáveis no desenvolvimento do trabalho socioeducativo com as drogas sob a perspectiva da EP, tendo em atenção a natureza sociolinguística, objetivando superar os estigmas.

Quadro 1 – Expressões a evitar e expressões a utilizar na abordagem sobre as drogas

Expressões a evitar	Expressões a utilizar
Usuário de drogas	Pessoa que usa drogas
Adito, abusador de drogas, drogado, maconheiro, etc.	Pessoa com dependência às drogas, pessoa com uso problemático de drogas, pessoa que usa drogas (quando o uso não problemático)
Viciado em drogas	Desordem por uso de substâncias; uso problemático
Adito a drogas	Tem uma desordem com drogas
Limpo	Abstêmio; pessoa que deixou de usar drogas
Contaminado	Positivo ao uso de substâncias
Lutar, guerrear contra as drogas (e outros termos violentos)	Abordar as drogas, gerir a questão das drogas
Narcosalas; salas de injetar-se; picaderos	Salas de consumo supervisionado
Ex adito, adito reformado	Pessoa em recuperação, pessoa em recuperação a longo prazo
Usuário de drogas injetáveis	Pessoa que se injeta drogas
Terapia de reposição de opioides	Terapia de substituição de opioides

Fonte: LEITE (2019, p. 13).

Conforme sublinha Leite (2019, p. 13), “Mudar as percepções sobre as drogas e as pessoas que as usam requer mudar a forma de se referir a elas”. Logo, falar da temática a partir de termos depreciativos e degradantes desumaniza as pessoas que usam drogas, além de apenas enfatizar os aspectos negativos que envolvem a questão do consumo, deixando de lado fatores sócio-históricos, econômicos, políticos e psicológicos, o que contribui para a manutenção ou intensificação do proibicionismo (SILVA *et al*, 2019) e para a propagação de uma postura não educativa acerca do assunto (LEITE, 2019).

No âmbito da EP, também se faz relevante trabalhar com ações subsidiadas pela Redução de Danos, a qual almeja minimizar os prejuízos individuais e sociais associados ao uso de drogas (ADADE; MONTEIRO, 2014), superando ainda o equívoco das abordagens que limitam os danos a uma visão sanitária.

Um trabalho socioeducativo nessa lógica da Redução de Danos visa indagar sobre os danos decorrentes da existência de mercados de drogas ilegais e não regulados, para então buscar a redução de seus prejuízos, enfocando a regulamentação desses mercados e a

implementação de políticas mais amplas, que promovam os direitos humanos e realizem intervenções na educação formal e não formal (LEITE, 2019).

Considerando que a escola é um espaço de convivência e de socialização, a abordagem das drogas nesse contexto se faz relevante, principalmente com a construção de aportes interdisciplinares a fim de discutir o assunto conforme os diferentes saberes e áreas científicas e partindo-se da realidade concreta dos sujeitos, tendo em vista a conjuntura econômica e social em que vivem (LEITE, 2019).

Assim, podem ser desenvolvidas atividades com metodologias educativas dialógicas, como oficinas – incluindo os estudantes e seus familiares ou responsáveis –, nas quais pode-se discutir o conceito de droga por meio de uma análise sócio-histórica, sem vincular o tema apenas ao foco das ciências biológicas, e tratando da diferença entre as drogas lícitas e ilícitas (LEITE, 2019).

Por outro lado, no âmbito das Ciências Humanas, podem ser abordados os aspectos históricos e socioculturais do uso de drogas e os determinantes sociais que as envolvem. Já na área das Ciências da Natureza, é relevante trabalhar os efeitos do consumo das drogas no organismo, elementos de estilos de vida saudáveis, como também organização do tempo e do ócio (LEITE, 2019).

Nessa perspectiva, é necessário realçar que “o problema do uso de drogas não está centrado nas drogas em si” e que elas sempre estiveram presentes na humanidade, sendo preciso saber conviver com sua existência. Isso porque há uma distinção a fazer entre o consumo problemático e não problemático, ou seja, na forma de consumo e no tipo de vínculo que a pessoa estabelece com as substâncias, levando em conta que o uso não é determinado por fatores estritamente individuais, muitas vezes definidos como patologias (LEITE, 2019, p. 15).

No campo de um trabalho socioeducativo sobre drogas a partir da EP, observa-se ainda a necessidade do oferecimento de formação continuada para os educadores a respeito da temática, considerando como pressuposto, por exemplo, o princípio da propriedade de si ou autodomínio, conhecido como *self-ownership*, com base na ideia de que as pessoas devem decidir o que fazer com as suas próprias vidas, enquanto donas de seus corpos (RIBEIRO *et al*, 2017).

Em síntese, pode-se afirmar que a abordagem da EP sobre as drogas almeja a reflexão e a compreensão das condições sócio-históricas e das múltiplas realidades para o desenvolvimento de estratégias educativas que rompam com a lógica dominante e a educação domesticadora, alienante e autoritária, que inibe a formação de sujeitos autônomos e críticos (ROJAS, 2018).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente trabalho, procuramos apresentar uma abordagem acerca das drogas sob a perspectiva da EP, tendo em vista que a política de “guerra às drogas” tem ocasionado efeitos danosos nas classes populares, havendo, portanto, a necessidade de serem assumidas posturas educativas sobre a questão, contrapondo-se aos enfoques hegemônicos norteados pela visão

bélica.

Com isso, enfatizamos a importância de se utilizar um tipo de linguagem não estigmatizante, sem estimular a propagação do ‘pânico moral’ (COHEN, 1987) do “temor às drogas” e a desumanização das pessoas que usam essas substâncias. Além disso, assumindo a ótica da Redução de Danos, ações e políticas podem ser efetivadas para que os malefícios do mercado ilegal e não regulado sejam reduzidos, buscando a promoção dos direitos humanos e a realização de intervenções no contexto da educação formal e não formal no tocante ao assunto.

Consideramos que as modalidades de abordagem da EP possibilitam a participação ativa dos sujeitos, almejando a construção empoderada (*empowerment*) de conhecimentos, e não apenas a transmissão de informações, de modo a propiciar a problematização de temáticas com metodologias que envolvam os participantes. No caso das drogas, a EP afirma-se como uma concepção contrária e crítica ao atual modelo repressivo, pois visa processos emancipatórios e a formação político-educativa das classes populares, sendo um caminho promissor, portanto, para promover perspectivas mais inclusivas e humanas no desenvolvimento do trabalho socioeducativo com o tema.

REFERÊNCIAS

ADADE, Mariana; MONTEIRO, Simone. Educação sobre drogas: uma proposta orientada pela Redução de Danos. **Educação e Pesquisa**, p. 215-230, jan./mar. 2014.

COHEN, Stanley. **Folk devils and moral panics: The creation of the mods and the rockers**. Oxford: Basil Blackwell, 1987.

EM 14 meses, Rio registra 3 das 4 operações mais letais da história, com ao menos 71 mortos. **G1**, Rio de Janeiro, 22 jul. 2022, 00:01. Disponível em: <http://glo.bo/3K8mwm7>. Acesso em: 22 jul. 2022.

FERGUSON, Susana; GÓNGORA, Andrés. **La relación entre personas y drogas y los dispositivos de inclusión social basados en la comunidad: críticas y perspectivas desde América Latina**. Segunda Conferencia Anual del Programa de Cooperación entre América Latina y Unión Europea en Políticas sobre Drogas, jul./2012, Bruxelas.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2021**. Disponível em: <https://bit.ly/3wkVsKG>. Acesso em: 24 jul. 2022.

LEITE, Ivonaldo. Educação popular, sociedade e drogas: uma perspectiva para o trabalho socioeducativo. **Revista Emancipação**, p. 1-19, 2019.

LEITE, Ivonaldo. O conhecimento nas margens, outsiders e a educação popular desafiada: uma abordagem sobre as drogas e o trabalho socioeducativo. **Revista Polêm!ca**, p. 1-22, 2018.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (MPRJ). **Letalidade Policial no Rio de Janeiro em 10 pontos**. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3py0saO>. Acesso em: 25 jul. 2022.

O’CONNOR, John; SAUNDERS, Bill. **Drug education: an appraisal of a popular preventive**. International Journal of the Addictions, 1992.

RIBEIRO, Fernando Bessa; PEREIRA, David A. Iria; MARCIEIRINHA, Cristina. Interpelando o proibicionismo: o caso português como possibilidade de outros caminhos para as políticas de drogas. In: LEITE, Ivonaldo (Org.). **Educação e Sociedade: perspectivas**

sobre saúde, ambiente e formação. João Pessoa: Editora do CCTA, 2017. p. 101-128.

ROJAS, Carolina Ruiz. **Que los jóvenes decidan**: diseño de una propuesta pedagógica desde la educación popular, para abordar el consumo problemático de drogas en los jóvenes. Trabalho de Conclusão de Curso (Sociologia) – Universidad de Antioquia, Colômbia, 2018.

SILVA, Ione Gomes da; CRUZ, Pedro José Santos C.; FALCÃO, Emmanuel Fernandes. Educação popular e prevenção ao uso abusivo de álcool e outras drogas: tecendo algumas aproximações. **Revista Temas em Educação**, p. 247-261, jan./abr. 2019.

TELLES, Ana Clara; AROUCA, Luna; SANTIAGO, Raul. Do #vidasnasfavelasimportam ao #nóspornós: a juventude periférica no centro do debate sobre política de drogas. **Boletim de Análise Político-Institucional**, dez. 2018.